

## GABARITO - HISTÓRIA - Grupos B, C, E e K

**1ª QUESTÃO:** (2,0 pontos)

Avaliador

Revisor

O advento da Modernidade trouxe uma nova visão sobre povos e culturas. O encontro com o Novo Mundo americano e o reencontro com as culturas orientais refizeram teorias e produziram preconceitos. Esses preconceitos adquiriram ao longo dos séculos seguintes ao século XVI sentidos políticos e sociais capazes de torná-los parte das políticas de Estado dos países europeus.

Com base nessa afirmação:

- a) explique o significado de europocentrismo no período dos séculos XVI e XVII;

Resposta:

Com o processo de expansão da Europa, o mundo conhecido passou a ser referido segundo as alterações culturais, econômicas, políticas e sociais resultantes do renascimento que produziu várias expressões que até hoje indicam essa referência européia, como os termos Ocidente e Oriente, marcando definitivamente a idéia de uma civilização ocidental. A consolidação dessa visão veio com as formas de dominação produzidas pelos europeus sobre a América, a África e a Ásia, principalmente pela expressão econômica dessa dominação. Também no âmbito da arte é possível observar o predomínio das formas européias na arquitetura. No caso do Brasil, a expressão européia recebeu a especificidade ibérica que caracterizou-se pelo transplante de instituições.

- b) analise a opção dos europeus pela escravidão dos negros africanos no contexto do mercantilismo.

Resposta:

A opção pelo negro africano no processo de desenvolvimento da escravidão no âmbito do mercantilismo refere-se à ideia de que o negro africano constituía-se num acréscimo de mais um produto ou mercadoria ao leque de oferta dos mercantilistas. Desse modo, era muito mais rentável para o sistema mercantilista oferecer o negro como mão-de-obra não só no movimento maior das trocas mas também no aumento da produção que alimentava o próprio sistema mercantil, ampliando a sua velocidade de circulação. Além disso, já na Europa, principalmente no mundo ibérico, havia experiências no uso do negro africano como mão-de-obra.

Bibliografia:

Rodrigues, Antonio E.M. e Falcon, Francisco. A formação do mundo moderno. RJ: Campus, 2006.

**2ª QUESTÃO:** (2,0 pontos)

Avaliador

Revisor

“A centralização, tal qual existe, representa o despotismo, dá força ao poder pessoal que avassala, estraga e corrompe os caracteres, perverte e anarquiza os espíritos, comprime a liberdade, constrange o cidadão, subordina o direito de todos ao arbítrio de um só poder, nulifica de fato a soberania nacional, mata o estímulo do progresso local, suga a riqueza peculiar das províncias, constituindo-as satélites obrigados do grande atraso da Corte – centro absorvente e compressor que tudo corrompe e tudo concentra em si – na ordem moral e política, como na ordem econômica e administrativa.” (Manifesto Republicano. *A República*. Rio de Janeiro, 3-12-1870).

Com base no trecho extraído do Manifesto Republicano, analise a correlação de forças políticas que deu origem ao Partido Republicano no Brasil em 1870.

Resposta:

O candidato deverá remeter à tensão existente entre o projeto da centralização Imperial, subordinado aos interesses do grupo Saquarema – respaldado, sobretudo, pelos barões do café da província fluminense e os interesses dos cafeicultores paulistas do novo Oeste, cuja riqueza e crescimento econômico viam-se ameaçados pela centralização exercida pela Corte, sobretudo a centralização na arrecadação tributária pelo Rio de Janeiro. A expansão cafeeira, além disso, dera origem ao crescimento das cidades e da indústria, gerando novos grupos sociais com interesses diversos dos tradicionais, dentre eles o empresariado industrial, setores médios urbanos mais dinâmicos. Os republicanos criticavam, ainda, o sistema eleitoral imperial, por sua excludência, posto que pautado pelo critério censitário. Responsabilizavam, ainda, a Coroa e o regime monárquico – sobretudo em função da existência do Poder Moderador do imperador – pelas vicissitudes e vícios do regime imperial, considerado pelos republicanos como uma “anomalia” na América onde somente existiam republicas e criticavam o desequilíbrio existente entre o poder político e o poder econômico que se observava nos fins do Império. Isto porque a prosperidade do Vale do Paraíba na primeira metade do século XIX dera origem à aristocracia do café que, juntamente com os senhores de engenho representavam a parcela dominante da sociedade, controlando a vida econômica, social e política da Nação, controle este que, com o passar do tempo e a expansão cafeeira nas terras novas de São Paulo, tornou-se decadente e politicamente insustentável, uma vez que a representação política das províncias economicamente menos dinâmicas ainda fosse maior. Vale ainda apontar que o cerne da plataforma do Partido Republicano era a descentralização política, a defesa do regime federativo, com maior autonomia às províncias, inclusive na gestão de seus próprios recursos tributários, proporcionalmente ao desempenho da agro-exportação de cada região.

**BIBLIOGRAFIA**

FAUSTO, Boris. *Historia Concisa da República*. São Paulo: São Paulo: Imprensa Oficial/Edusp, 2002.

COSTA, Emilia Viotti da Costa. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Grijalbo, 1977

**3ª QUESTÃO:** (2,0 pontos)

Avaliador

Revisor

“Os libertários – anarquistas e anarcossindicalistas – concentram sua atuação na vida educativa, feita através da propaganda escrita e oral – jornais, livros, folhetos, revistas, conferências, comícios, além de festas, piqueniques, peças teatrais –, no sentido de disseminar o ideal libertário de emancipação social (...)”

SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarcossindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987, p. 21.

Tomando como referência o fragmento de texto acima:

a) indique duas ideias ligadas ao movimento anarquista na Europa do século XIX;

Resposta:

Várias ideias podem ser associadas aos anarquistas na Europa do século XIX dentre elas a de que a educação deve ser um agente revolucionário e ter como objetivo destruir tudo que oprime e explora o ser humano. Outra ideia central do movimento anarquista é a da primazia do indivíduo sobre a sociedade, da qual decorre a noção de que o indivíduo é único e que possui, por sua natureza direitos que não pode ser discutidos por nenhuma forma de organização social. O movimento também se posiciona contra o sistema de representação característico das democracias liberais, afirmando a ação direta do indivíduo na sociedade. As ideias anarquistas também contemplam a crítica a todas as formas de preconceitos morais e ideológicos, com isso pretendiam fazer do indivíduo um ser sem condicionamentos mentais, garantindo a sua total liberdade.

Desse modo, podemos sintetizar assim essas ideias: defesa de uma sociedade baseada na liberdade dos indivíduos, solidariedade, coexistência harmoniosa, propriedade coletiva, autodisciplina, responsabilidade (individual e coletiva) e forma de governo baseada na autogestão.

b) analise a concepção de Estado defendida pelos anarquistas.

Resposta:

Os anarquistas defendem que em lugar de se apoderarem do Estado, os trabalhadores devem lutar pela sua abolição radical e imediata. Da mesma forma, acreditam que deve ser abolido todo o tipo de autoridade política opressora da liberdade humana. Preconizam a autogestão. E também concordam com a organização dos indivíduos. Essa organização deve levar em conta a ação consciente e voluntária de seus membros, promovendo a total igualdade de modo a limitar as formas tradicionais de domínio político. Os anarquistas defendem desde o século XIX a criação de sociedades mutualistas, cooperativas, associações de trabalhadores (sindicatos e confederações), escolas, colônias e experiências de auto-gestão.

**INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS:**

Sferra, Giuseppina. *Anarquismo e Anarcossindicalismo*. São Paulo, Ática, 1987.

Addor, Carlos. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986.

**4ª QUESTÃO:** (2,0 pontos)

Avaliador

Revisor

Em 1967, o então ministro do Planejamento Roberto Campos afirmou, com relação à chamada “desnacionalização temporária” da economia brasileira, que “a escolha é entre mantermos um nacionalismo míope ou absorvermos maciçamente capitais e técnicas estrangeiras. Esta última é a melhor”

CAMPOS, Roberto. *Do outro lado da cerca*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967, p. 65.

Com base nessa afirmativa:

a) indique uma das contradições que levaram ao golpe de 1964 e mencione o presidente da República do qual Roberto Campos foi ministro;

Resposta:

O candidato poderá indicar uma dentre as seguintes opções: forte migração campo-cidade; as reformas de base anunciadas pelo presidente João Goulart; a alta inflacionária que corroía os salários dos trabalhadores urbanos; a discussão sobre uma reforma agrária distributivista que ameaçava grandes proprietários de terra; o Plebiscito em prol do retorno do Presidencialismo que ameaçava setores conservadores; o Plano Trienal que visava à retomada do desenvolvimento sem a inflação; a forte mobilização dos trabalhadores urbanos em prol de aumentos salariais; a proposta de Reforma eleitoral que poderia alterar o equilíbrio político até então favorável às forças conservadoras e de direita. O presidente do qual Roberto Campos foi ministro foi o general Humberto de Alencar Castelo Branco.

b) explique a relação entre o golpe civil-militar de 1964 e o aprofundamento da desnacionalização da economia brasileira.

Resposta:

O candidato deverá remeter à crise econômica e social de 1962-64, por sua vez herança do “modelo” econômico implantado sob a gestão de Juscelino Kubitschek de Oliveira, sob cuja gestão optou-se pela implantação, no Brasil, da indústria de bens de consumo duráveis – automóveis e eletrodomésticos, sobretudo – de propriedade do capital estrangeiro. Deverá mencionar, ainda, que este modelo permaneceu em vigor mesmo após o final do mandato daquele presidente e também sob os presidentes Jânio Quadros e João Goulart. A manutenção desse modelo gerou uma contradição grave: a economia brasileira de fato passou a contar com um “tripé” industrial afirmado – composto pelo setor de bens de consumo correntes a cargo de capitais nacionais, o setor de bens de produção estatal e o um setor de bens de consumo duráveis estrangeiro – porém as empresas multinacionais vendiam sua produção para o mercado interno brasileiro e, ao mesmo tempo, precisavam remeter os lucros para suas matrizes européias e norte-americanas, o que se era difícil num contexto marcado por altas taxas de inflação. A solução para gerar divisas que facilitassem essa remessa dos capitais foraneos aqui investidos, as classes trabalhadoras deveriam ser penalizadas, minimizando-se seus salários e maximizando os lucros empresariais, bem como os impostos do estado. Entretanto, diante da forte mobilização popular que acompanhou a gestão do presidente João Goulart tornava a alternativa de difícil realização. Foi para viabilizar essa alternativa que se urdiu o golpe civil-militar de 1964, pois, num regime autoritário, os protestos e mobilizações populares seriam mais facilmente controlados – mesmo que através da violência militar – tornado possível a implementação da “escolha” por mais investimentos estrangeiros que, doravante, teriam a remessa de seus lucros facilitada, inclusive, através de novos empréstimos externos contraídos pelo Brasil.

O candidato também poderá colocar que o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) Castelo Branco foi o instrumento formal que viabilizou essa alternativa, uma vez que ele implementou: a) uma nova Lei Salarial que penalizou os baixos salários e beneficiou os ganhos mais altos; b) a criação de novos tributos como o IPI (Imposto sobre a Produção Industrial) e ICM (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias) que penalizaram as indústrias autenticamente nacionais disponibilizando mais mercado interno para as multinacionais; c) a unificação da Previdência Social (INPS) que gerou uma massa de recursos a serem utilizados pelo Estado para beneficiar suas empresas, assim como ao grande capital privado nacional e estrangeiro.

**BIBLIOGRAFIA:**

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Industrialização Brasileira*. São Paulo: Moderna, 2005.  
SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

**5ª QUESTÃO:** (2,0 pontos)

Avaliador

Revisor

No século passado, os conflitos étnicos e culturais que puseram fim à Iugoslávia e o movimento separatista dos canadenses de língua francesa em Quebec foram acontecimentos bastante diferentes, com origens diversas, mas que nos levaram à imperiosa necessidade de repensar as questões do nacionalismo. No início do século XXI, assistimos ao ressurgimento do nacionalismo na América Latina.

Com base nessa afirmativa, discuta o novo nacionalismo latino-americano, explicando o significado das mudanças ocorridas na Venezuela.

Resposta:

Baseando-se num nacionalismo de novo tipo que esboça uma crítica radical à presença americana na região, na luta anti-imperialista e anti-liberal, apoiado por parte significativa da população venezuelana e no projeto de união da região em torno de uma aliança com Cuba tem como intuito fazer avançar a Revolução Bolivariana, o presidente Hugo Chavez cunhou o termo para sintetizar as propostas de mudanças político-econômicas do seu governo, assentada na alternativa socialista, dando uma nova dimensão ao estado venezuelano, uma nova utilização para os recursos do petróleo e redefinição da política educacional. Além disso, suas propostas apóiam-se no passado libertário da América Latina, especialmente na figura de Simon Bolívar.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Imprensa

